

Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano

FREIRE FILHO, João.

Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 171 p.

por Francisco Rüdiger¹

Roland Barthes designou como “nem-nem” a crítica que, segundo os termos de seus praticantes, não deve ser de direita nem de esquerda, que não deve ser engajada nem gratuita, não deve ser, em suma, isso nem o seu contrário. Para eles, prossegue o autor, o valor da coisa examinada só poder surgir do “juízo equilibrado” de um “árbitro imponderável”.

Barthes observa que há, aí, uma consciência ideológica, porque, vendo bem, não há imunidade ou salvação para quem julga ou pensa qualquer coisa. “Adeptos de um universo bipartido do qual eles seriam a divina transcendência”, os nem-nem esquecem que “é exatamente quando o homem reclama uma liberdade primeira que é maior o grau de sua subordinação [a algum sistema]” (Barthes, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1978, p. 91-93).

Recordamos esse comentário quando nos é feito um chamado para resenhar a obra de João Freire Filho, *Reinvenções da resistência juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano*. Deseja o autor transgredir os modismos e monolitismos conceituais sobre esse assunto. O projeto é reavaliar os movimentos culturais da juventude, tomando o ponto de vista da teorização sobre sua resistência no mundo contemporâneo.

Na Introdução da obra, o conceito de resistência é definido como camaleônico, de acordo com um princípio de revisão bibliográfico bastante amplo e informativo – ponto alto do volume. Depois, procede-se a uma discussão do significado das subculturas juvenis na ordem globalitária. O capítulo é o mais longo do livro e serve de ante-sala para um

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP).

projeto de avaliação da literatura acadêmica sobre a *fandom culture*, os fenômenos de fãs, presente no tema seguinte.

Dando ênfase à revista *Capricho*, o último capítulo, por sua vez, revela maior interesse por fontes de primeira mão e procura esclarecer, desde vários pontos de vista analíticos, o eventual conteúdo emancipatório presente na mídia dirigida à adolescência feminina no Brasil.

Na conclusão, evita-se bem sumariar os resultados dos ensaios, visto serem díspares seus centros de preocupação. Como no resto do livro, as considerações finais têm um tom de chamamento à realização de novas pesquisas, à abertura de novos campos de análise e ao aprofundamento das trilhas indicadas pelo autor.

Desejamos examinar com mais detalhe, porém, que trilhas são essas. Freire Filho estrutura seu livro com ambigüidade. Referem-se as “reinvenções” mencionadas no título à resistência juvenil ou aos textos que as analisam?

Em certos momentos, o termo é usado para designar uma pretensão infundada dos intérpretes majoritários da ação juvenil, mas em outros, o próprio autor sugere que não falta fundamento para se falar em “reinvenção” da contestação que, no passado, marcou seus movimentos.

Escreve o autor que, na literatura mais recente, “há confete e aplausos, nenhum juízo crítico” (p. 171). Porém, terá ele ido mais longe nisto, na análise do ponto, tanto quanto nas proposições materiais que sobre o assunto elabora?

Freire Filho observa, apoiado na literatura mais séria, que o conceito de resistência é extremamente volúvel, sendo empregado para descrever desde os processos revolucionários até a anorexia nervosa e o jeito de cortar o cabelo de nossa juventude (p. 14). Quem espera que a constatação seja o bastidor de um esclarecimento do problema, mesmo que para fins da discussão do problema juvenil, todavia sairá frustrado da leitura desta obra.

Quando se debruça sobre a obra de Henry Jenkins (p. 95-100), por exemplo, o autor, por um lado, acusa seu primarismo intelectual, mas ao mesmo tempo aponta para seus aspectos louváveis, como “a visão razoavelmente crítica a respeito das implicações sociais e políticas da cultura popular massiva” (p. 97), sem todavia explicitar que crítica e implicações

são essas, visto que, por mais tentador que seja, ele “não tentará esboçar uma resposta para as instigantes provocações de Jenkins” (p. 100).

A reflexão logra manter um distanciamento da matéria em que se aplica, mas a atitude crítica é apenas invocada, em vez de ser articulada pela argumentação. O texto passa do relato em geral para o relato em especial, sem ajuizar concretamente uma conclusão sobre o significado epistemológico da expressão “resistência”.

Destarte, o almejado rigor conceitual perseguido pela obra não é, de fato, obtido, porque não percebe o autor que resistência não é um conceito substantivo. Do ponto de vista crítico, simpático ao autor, recordemos, resistência é um conceito analítico, algo sem substância sociológica. O significado é relacional e, portanto, formal: opõe-se à noção de força. Tanto Stálin e Ford como Ghandi e Mandela resistiram. Os primeiros, respectivamente, aos trotskistas e anarquistas, os segundos aos colonialistas e à dominação Afrikaner.

A resistência não é em si mesma boa ou má, positiva ou negativa: isso depende, primeiro, em nível prático, de avaliação moral dos sujeitos e, segundo, em nível reflexivo, do princípio ou sistema de interpretação do estudioso interessado no emprego do termo em um dado contexto. O pesquisador compõe o conceito em relação à idéia de poder ou outra que a essa se aproxime (submissão, controle, sujeição) para, com base nisso, esclarecer uma situação em referência às suas premissas.

Freire Filho não explicita minimamente quais são essas premissas e, por isso, seu raciocínio em vez de sintético é somatório. Os fenômenos por ele registrados não são integrados em um juízo ao mesmo tempo mediado pelo detalhe e preocupado com a totalização. O texto caminha afirmando que há isso e mais aquilo na cultura juvenil, sem que se decida o que é submissão e o que é resistência, porque não se aponta claramente qual é o elemento de mediação e o que define o contexto abarcador da investigação.

Repelir as jeremiadas contra o caráter integrado da juventude tanto quanto as louvações de sua atitude contestatória em decorrência de seus respectivos simplismos interpretativos é sempre bem-vindo (p. 69). Porém, não se vai além da fala nem-nem, evitando o ajuizamento concreto de suas conexões e de suas relações hierárquicas ou predominantes no contexto histórico abrangente.

Dizer que as *slash fictions* são um fenômeno complexo, porque sinlizam subserviência e autonomia em relação aos ídolos por elas referidos (p. 86-90) é melhor do que defini-las por um só ponto de vista, mas isso só nos traz conhecimento concreto quando se ajuíza ou postula uma significação dominante em seu processo de posição na sociedade.

Preocupado apenas em esclarecer os novos modos de produção, circulação, marketing e consumo dos bens simbólicos, ainda que levando em conta o “contexto de simbiose, negociação e disputa entre fãs e corporações” (p. 100), o raciocínio do autor isola essas últimas categorias e as autonomiza em pé de igualdade, perdendo de vista o processo de fundo que as institui conjuntamente, ainda que com eventuais tensões e antagonismos, e por aí, por esta instituição, impõe um sentido hegemônico ao seu desenvolvimento.

Conforme postulado pelo próprio autor, essas tensões precisam ser situadas no contexto em que acontecem (p. 101), mas, lembremos, isso se faz apontando como esse contexto as determina e, mais ainda, indicando os limites e sentido que ele confere aos seus vários lances, sujeitos e tendências.

Quando se contesta um juízo sintético eventualmente errado, como o de que as revistas femininas para a juventude não têm eficácia concreta, em favor de outro analítico, segundo o qual a relação entre conteúdo e prática é “complexa e contextual, merecendo investigações mais aprofundadas” (p. 152), não se está fazendo crítica, nem muito menos desenvolvendo o conhecimento.

Nesse caso, a crítica, mais do que anódina, sucumbe à doutrina nem-nem que, antes de ser crítica, é expressão da fraqueza do pensamento e de sua dependência a um sistema de vida em que, por razões que não se pode dar aqui, a reflexão independente dos seus esquemas operatórios se vai tornando inviável.

Valioso como revisão da literatura sobre o sentido da cultura de consumo infanto-juvenil, o presente livro não o é como avaliação de suas conclusões nem como esclarecimento mais amplo e profundo do que está em jogo no seu objeto, não tendo conseguido se distanciar das rotinas e protocolos burocráticos atualmente impostos à vida intelectual e à atividade acadêmica.